

Assembléia investiga crise

Deputados culpam o governo de Minas por sucateamento

BELO HORIZONTE — O Sistema Único de Saúde (SUS) não funciona em Minas Gerais e a crise hospitalar desta capital se agravou nos últimos anos por culpa do governo estadual, que não repassa a verba determinada pela Constituição estadual e estaria ainda desviando recursos federais para pagamento de seus funcionários. Esta é a constatação de uma Comissão Parlamentar de Sindicância, instalada por cinco deputados na Assembléia Legislativa de Minas, que há um mês vem ouvindo prefeitos, diretores de hospitais, funcionários e autoridades da Saúde Pública no estado.

A presidente da comissão, deputada Maria José Houessen (PT), vem reunindo provas contra o governo estadual, que, segundo ela, tem interesse em responsabilizar os médicos pelas mortes ocorridas na capital mineira, “sem levar em consideração que também colabora para o sucateamento do sistema de saúde”. A deputada petista classificou de “escândalo” o tratamento dispensado pelo atual governo à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig). “Entre 13 e 19 de março, o estado fez um repasse de Cr\$ 60 milhões para propaganda, enquanto que neste período a Fhemig era repassada uma verba de suplementação de Cr\$ 4,2 milhões.”

Integrante da comissão e presidente da Comissão Permanente de Saúde, o deputado Jorge Hannas (PFL), lembra que a Constituição estadual acabou sendo “atropelada” pelo governador Newton Cardoso. “O parágrafo único do Artigo 158 é claro quando determina que os recursos para os programas de saúde não serão inferiores aos destinados aos investimentos em transporte e sistema viário”, declarou o deputado. Segundo ele, “o governo de Minas não cumpre com sua parte, destina menos de 1% de seu orçamento para saúde e ainda fica responsável por gerenciar a verba federal através do SUS”.

A comissão já ouviu o superintendente do Inamps no estado, Francisco Freire, ex-diretores de autarquia, e tem pela frente um mês de trabalho, prorrogáveis por mais 30 dias. Outro membro da comissão, o médico e deputado Sílvio Mitre (PSDB), acredita que o problema está na transição do Suds quando o sistema era hierarquizado a partir do Inamps, para o SUS, que transferiu a responsabilidade diretamente às secretarias de Saúde.

“Antes do Suds, o governo de Minas ainda repassava 9% do seu orçamento à Saúde. Apesar dos apelos da classe médica em aumentar esse índice para 12% a 15%, o sistema ainda funcionava. Agora, com a implantação do Suds e posteriormente do SUS, com toda a verba do Inamps sendo gerenciada pela Secretaria de Saúde, o governo baixou para 0,65% do orçamento a verba para o setor e ainda faz o caixa da verba federal”, explicou.